

Aviso de Privacidade



DPE **PR**
DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO PARANÁ

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ
encarregadolgpd@defensoria.pr.def.br

1. Apresentação

Este aviso de privacidade tem por objetivo demonstrar o compromisso da Defensoria Pública do Estado do Paraná (DPE-PR) com a privacidade e a proteção de dados pessoais. Por isso, cabe a nós repassar a VOCÊ, titular, algumas informações acerca do processo de tratamento de seus dados pessoais.

Este documento apresenta uma visão geral sobre os dados tratados pela instituição, em especial, no sítio eletrônico <https://www.defensoria.pr.def.br>. Pretende-se, com isso, realizar uma prestação de contas e fomentar a transparência, alguns dos princípios basilares da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).

O objetivo é informar titulares e demais interessados(as) sobre como os dados são tratados e citar hipóteses em que, na execução das competências ou no cumprimento das atribuições legais da Defensoria Pública do Estado do Paraná, é realizado o tratamento de dados pessoais.

2. Princípios

A Defensoria Pública é instituição constitucionalmente constituída para prestar assistência jurídica integral e gratuita para população vulnerabilizada,, garantindo acesso à justiça e a proteção dos direitos fundamentais.

No âmbito da LGPD, a instituição compromete-se a respeitar os seguintes princípios dispostos no Art. 6º da referida iniciativa, a saber:

- Finalidade: realização do tratamento para propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular, sem possibilidade de tratamento posterior de forma incompatível com essas finalidades;
- Adequação: compatibilidade do tratamento com as finalidades informadas ao titular, de acordo com o contexto do tratamento;
- Necessidade: limitação do tratamento ao mínimo necessário para a realização de suas finalidades, com abrangência dos dados pertinentes, proporcionais e não excessivos em relação às finalidades do tratamento de dados;
- Livre acesso: garantia, aos titulares, de consulta facilitada e gratuita sobre a forma e a duração do tratamento, bem como sobre a integridade de seus dados pessoais;
- Qualidade dos dados: garantia, aos titulares, de exatidão, clareza, relevância e atualização dos dados, de acordo com a necessidade e para o cumprimento da finalidade de seu tratamento;
- Transparência: garantia, aos titulares, de informações claras, precisas e facilmente

acessíveis sobre a realização do tratamento e os respectivos agentes de tratamento, observados os segredos comercial e industrial;

- Segurança: utilização de medidas técnicas e administrativas aptas a proteger da dispendiosos de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou difusão;
- Prevenção: adoção de medidas para prevenir a ocorrência de danos em virtude do tratamento de dados pessoais.
- Não discriminação: impossibilidade de realização do tratamento para fins discriminatórios ilícitos ou abusivos.

3. Quem é quem?

Primeiramente, cabe ressaltar que você é o(a) TITULAR, ou seja, a quem se referem os dados pessoais objeto de tratamento¹. A DPE-PR atua como CONTROLADOR, ou seja, é o responsável por tomar as decisões referentes ao tratamento de dados pessoais. Em diversos casos, a própria Defensoria é também OPERADOR, ou seja, realiza as atividades de tratamento de dados, mas em outras situações, outras instituições atuam como OPERADORAS. Mas não se preocupe, os operadores devem realizar o tratamento de acordo com as orientações do controlador, portanto, seus dados estão seguros.

Um dos maiores operadores da Defensoria Pública do Estado do Paraná é a CELEPAR, empresa estadual de tecnologia e comunicação. Dentre outros estão as instituições com as quais a Defensoria possui contratos, termos de cooperação e instrumentos congêneres. As informações acerca dessas contratações estão disponíveis no [Portal da Transparência](#), portanto, você pode consultar a área para maiores detalhes e conferir de forma facilitada.

No caso do sítio eletrônico, popularmente chamado de *site* ou *website*, é mantido pela CELEPAR, portanto, quanto à navegação e acesso do *site* e demais serviços oferecidos nesse portal, o controlador é a própria CELEPAR. Para o tratamento de dados que envolvem recebimento de mensagens por e-mail, ou seja, interação entre uma área do *site* com e-mail, tal como ocorre no serviço de atendimento aos direitos de titulares da LGPD, o controlador é o Google, que presta serviços à DPE-PR, dentre eles, o de e-mail.

A Agência Nacional de Proteção de Dados (ANPD) é o órgão da Administração Pública responsável por zelar, implementar e fiscalizar o cumprimento desta Lei em todo o território nacional. Nós, da DPE-PR, buscamos nos atualizar acerca das orientações emitidas pela ANPD e adotar as boas práticas. Para atuar como canal entre a ANPD e

¹ Entende-se por tratamento qualquer operação realizada com dados pessoais, tais como coleta, produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transmissão, distribuição, processamento, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação ou controle da informação, modificação, comunicação, transferência, difusão ou extração.

os(as) titulares, há a função do(a) Encarregado(a), que, na DPE-PR, está sob responsabilidade do(a) defensor(a) público(a) Devidério Machado Lima e, como Encarregado(a) Substituto(a), o(a) servidor(a) Sarah Gomes Sakamoto. As informações de contato estão disponíveis no [Portal da LGPD](#).

4. Que dados são coletados e por quê?

A Defensoria Pública Estado do Paraná, através do sítio eletrônico <https://www.defensoria.pr.def.br>, fornece aos cidadãos notícias e serviços. Para disponibilizá-los, realiza o tratamento de dados pessoais que identificam ou possam identificar o usuário como cidadão, com o objetivo de garantir acesso seguro e eficiente. Também são oferecidos serviços de atendimento e agendamento virtual para serviços de atendimento pela instituição e dentre os dados coletados, inclui-se: nome completo, CPF, RG, endereço de e-mail, número de telefone, nome social, estado civil, data de nascimento, nome completo da mãe, renda individual, renda familiar, endereço.

Os cookies são utilizados para facilitar o uso e melhor adaptar as páginas e serviços aos seus interesses e necessidades. Ao acessar o site, você é avisado sobre a coleta. O aviso atualmente utilizado segue um formato padronizado de algumas instituições do estado do Paraná. No âmbito dos serviços oferecidos pelo site da DPE-PR, seus dados pessoais são tratados com as principais finalidades: iniciar a demanda de atendimento, realizar triagem, agendar atendimento, consultar informações sobre seu atendimento, acompanhar o andamento do seu processo, realizar análise prévia e encaminhamento de demanda, facilitar o acesso ao serviço, melhoria da experiência do usuário com a DPE-PR.

5. E os meus direitos?

A DPE-PR trabalha para facilitar acesso à justiça e garantir os direitos da população. Portanto, seus direitos também são uma preocupação para a instituição, principalmente considerando que a privacidade e a proteção de dados pessoais são direitos fundamentais. Os direitos dos titulares estão previstos na LGPD nos artigos 18, 19 e 20, e incluem: confirmação de existência de tratamento de dados pessoais, acesso aos seus dados pessoais, correção de dados incompletos, inexatos ou desatualizados, acesso às informações sobre compartilhamento de dados pessoais, anonimização, bloqueio ou eliminação de dados desnecessários, excessivos ou tratados em desconformidade com a LGPD.

Você pode acesso ao [requerimento de direito dos\(as\) titulares](#)